



## **ARIANOS, CABOCLOS E MULATOS: RAÇA E IDENTIDADE NO PENSAMENTO BRASILEIRO DO ENTREGUERRAS**

Marcos Paulo dos Reis Quadros<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo visa mapear as estruturas ideológicas encerradas na idéia de raça que foi concebida no cenário intelectual brasileiro do período compreendido entre as duas guerras mundiais. A partir da análise de excertos retirados das obras de autores referenciais, almejou-se mensurar o cerne da noção de identidade étnica no Brasil das primeiras décadas do século XX, com ênfase nas cogitações de Oliveira Viana e Plínio Salgado. Procuramos também, com base na proposta da disciplina, dissertar brevemente acerca da ocorrência de temas raciais nas artes plásticas do entre-guerras, sobretudo através do que se pode visualizar nas obras de Cândido Portinari.

**Palavras-chave:** Raça, Identidade, Brasil.

### **1. O Brasil em Turbilhão**

Em última análise, fermentava-se desde a proclamação republicana de 1889 a formação de uma nova mentalidade no panorama político-cultural brasileiro. Apenas aparentemente imerso em relativa imobilidade até o início da segunda década do século XX, o ambiente intelectual do Brasil, em verdade, silenciosamente prenunciava o advento de uma série de inovações.

Enquanto na arena política os Estados de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no controle do poder central de modo a garantir significativo distencionamento no bojo dos interesses oligárquicos - apaziguados que foram através da "política do café-com-leite" - o palco intelectual mostrava-se incapaz de apresentar rupturas ou reorganizações conceituais suficientemente robustas para influir decisivamente nas demais esferas sociais.

Ao contrário do que já se verificava na Europa ocidental e em parte da América do Norte, o Brasil, sob uma economia eminentemente baseada na agricultura, viu a formação sistemática dos grandes centros cosmopolitas e industriais ter gênese apenas a partir do término da

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi impulsionado pelas questões debatidas durante a Disciplina *Cultura Brasileira: Literatura e Artes*, ministrada pela Dra. Ana Inez Klein no curso de pós-graduação em História do Brasil Contemporâneo da FAPA. *Email* do autor: marcosrq@hotmail.com

Primeira Grande Guerra, tendo sido adiado, portanto, o advento de uma “sociedade de massas” em larga escala no nosso país.

No entanto, o horizonte já permitia antever um rol de transformações discretas mas atuantes no ambiente nacional. Como indicativo do processo de aceleração histórica que então se processava no seio da sociedade brasileira, cabe salientar que os primeiros anos da década de 1930 protagonizaram o despontar de um novo paradoxo na matriz econômica do país, o que posteriormente implicaria no penoso enfrentamento de desdobramentos políticos incertos, senão imprevisíveis, como o populismo. Mesmo em plena vigência da abundante e exitosa produção dos cafezais, o antigo modelo enfático em relação à exportação de bens primários passa a conviver com um processo que visa simultaneamente diversificar o comércio exterior e consolidar o mercado interno:

(...) à sombra da produção cafeeira ocorreu uma certa monetarização das atividades econômicas, de modo a dar nascença a um mercado interno de mercadorias de consumo e de produção (ferramentas e implementos agrícolas), inicialmente alimentado por importações dos países avançados e, gradativamente, suprido pela produção local. (...) Evidentemente não bastava haver uma demanda de manufaturados para propiciar a implantação da indústria local. Era preciso, antes de mais nada, existir força de trabalho e capitais disponíveis para a acumulação, o que se verificava (...). (MANTEGA, 1984, p. 80).

Toda essa mutação econômica e social teve como reflexo - ou pelo contrário, como ferramenta impulsiva - a paulatina lapidação de uma estrutura cultural diversa, que iria encontrar seu ápice na Semana de Arte Moderna de 1922 e no enorme despejo de concepções elaboradas pelos intelectuais da nova sociologia então nascente, de inclinação francamente nacionalista.

Finalmente, no campo estritamente político, os choques de inovação não seriam menos importantes. A Campanha Civilista de Rui Barbosa (1909/1910), a questão do serviço militar obrigatório trazida à luz por Olavo Bilac e a Liga de Defesa Nacional (1916), a explosão do movimento tenentista e os acontecimentos do Forte de Copacabana (1922 e 1924), a fundação do Partido Comunista (1922) e o legendário episódio que se convencionou rotular de “Coluna Prestes” (1924) são alguns dos inúmeros sintomas dispostos a denunciar a emergência estrondosa de tantos novos paradigmas.

Enquanto os jovens oficiais encarnavam o desejo de transformação ainda disforme que se concebia no seio do estamento militar, sob tardio impacto dos debates travados entre os “cadetes-filósofos” nos intervalos das lições de Benjamin Constant, as classes médias urbanas,

infladas em número e capacidade de barganha, exigiam a adoção de uma *realpolitik* descolada da mentalidade oligárquica que o industrialismo nascente almejava sepultar.

E não apenas o industrialismo. Logo Getúlio Vargas iria domar as rédeas do Catete, promovendo uma releitura institucional do Estado brasileiro na qual a centralização política e a modernização econômica desempenhariam papel propedêutico.

## **2. O Cenário Intelectual Pré-modernista: subserviência e inferiorização**

Contudo, convém ponderar a respeito da estrutura de pensamento que permitiu o advento das mutações da década de 1930, focalizando, sobretudo, a questão do pensamento racial existente no Brasil de então, alvo do presente artigo.

Antecedendo a turbulência política anteriormente descrita, erguia-se um cenário intelectual que desde os fins do século XIX encontrava-se profundamente influenciado pelos postulados disseminados através das obras e da oratória dos pensadores filiados à alcunhada “escola francesa”. Se na perspectiva psicológica imperava o libertarismo da literatura de Anatole France, no aspecto antropológico fortíssimo seria o peso do eugenismo militante de Le Play e Edmond Demolins, tendo proeminência, contudo, o racismo evolucionista de Gustave Le Bon, Vacher Lapougue e Gobineau. Os odes aos tipos dólico-louros característicos de certos povos da Europa ocidental e do mundo nórdico, incorporavam o método do evolucionismo de Spencer para serem rapidamente exibidos como verdades definitivas no trabalho de difusão da idéia de “superioridade” dessas etnias. De outro lado, povos mestiços, racialmente híbridos, como o brasileiro, estariam relegados à condição de eterna vassalagem.

A antropologia – e a própria biologia, revestida de modo a legitimar determinados preconceitos - é posta a serviço dos sociólogos cientificistas para justificar não apenas as supostas diferenças entre as raças, mas sobretudo para decretar a supremacia de umas (ou *uma*, a ariana) sobre as outras. Nesse sentido, é bastante ilustrativa a posição de Gobineau, que refere-se aos mulatos do Brasil como mero “rebutalho do gênero humano”, fadado à completa extinção “dentro de um número pouco considerável de anos” (AXT e SCHÜLLER, 2004, p. 166).

Tamanho ultraje às nossas origens, no entanto, não foi suficiente para afastar a influência decisiva de tais teorias em boa parte da intelectualidade pré-modernista brasileira. Referindo-se a essa gama de pensadores, afirma-se que compuseram eles

Uma geração que internalizou, de forma bastante subserviente, um *ethos* de subalternidade, que adotou idéias que não convinham ao momento, tentando desvencilhar-se de um legado que parecia colar-se à história, a colonização. Estes impasses de fins do século 19 e início do 20 tornam mais nítida a ruptura

provocada pelos intelectuais modernistas, responsáveis pela reversão dos valores atribuídos à mestiçagem e à tropicalidade. (idem, 2004, p. 113).

E de fato não raras foram as mentes que cerraram fileiras em torno de tais interpretações. Dir-se-ia que Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, dentre outros, em alguma medida corroboraram com os preceitos do evolucionismo racista. Como exemplo, Euclides da Cunha, grande entre os grandes de nossa literatura, excepcional intérprete da epopéia dos sertanejos em *Canudos*, diria que

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. (...) De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. (CUNHA, 2002, p. 110).

Como se percebe, a menção a uma suposta “raça superior” sequer é escamoteada, e seu relevo diante dos mestiços do Brasil adquire viés pretensamente científico, diante do qual a sociedade deveria curvar-se, evitando os caldeamentos indiscriminados sob pena de graves danos futuros. Um corpo de doutrina dotado deste teor facilmente arrasta à idéia de que a manutenção da integridade nacional, e conseqüentemente da nossa identidade como povo, estaria condicionada à prática eugênica, ou seja, a uma política de branqueamento da população, como de fato foi proposto por alguns autores.

Neste contexto, emerge a figura de Oliveira Viana, cujas teses, nas palavras de José Murilo de Carvalho, gozaram de insondável prestígio entre a intelectualidade brasileira, uma vez que “pode-se dizer que todos os principais pensadores do Brasil entre 1920 e 1950, e mesmo depois, dialogaram com Oliveira Viana, seja para incorporar suas idéias, seja para combatê-las (...)”. (In AXT e SCHÜLLER, 2004, p. 155).

Nascido em 1883 em Saquarema/RJ, Francisco José de Oliveira Viana sempre transitou entre as elites intelectuais de seu tempo. Seus primeiros estudos tiveram lugar no prestigiado Colégio Pedro II e já em 1905, aos 22 anos, é bacharel em Direito. Logo ingressa como catedrático da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro e ocupa diversas funções públicas estaduais e federais, até tornar-se, a partir de 1940, ministro do Tribunal de Contas da União. Como jurista, especializou-se no Direito do Trabalho, ramo então nascente no Brasil e que ajudou a consolidar, além de ter sido o organizador da legislação que criou o imposto sindical. Era membro, ainda, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e de outros congêneres estaduais, do Instituto Internacional de Antropologia, da Academia de História de Portugal, da Academia Dominicana de História e da Sociedade de Antropologia e Etnologia do

Porto. Seus quatorze livros publicados o conduziram, finalmente, ao posto de imortal da Academia Brasileira de Letras.

Narrada a trajetória de Viana, iremos nos deter nas obras de sua autoria que mais explicitamente abordaram o problema étnico. Se encontraremos vastas referências sociológicas e políticas em *A Evolução do Povo Brasileiro*, *O Ocaso do Império* e em *O idealismo da Constituição*, por exemplo, os apontamentos raciais serão descobertos com maior incidência em *Populações Meridionais do Brasil* e em *Raça e Assimilação*.

Neste último trabalho, particularmente interessante para o tema do presente artigo, Viana desenvolve uma análise pormenorizada da mestiçagem, dirigindo seu foco ao caso brasileiro. A certa altura, o autor declara simplesmente: “não sou de modo algum partidário da igualdade das raças” (VIANA, 1934, p. 244). Alicerçado nesse antiigualitarismo étnico, Viana introduz, como segundo elemento de sua concepção racial, a idéia de uma suposta hierarquia de aptidões entre os homens. Hierarquia determinada pelas origens: “entre os negros, aqueles tipos intelectualmente superiores são produzidos em pequena proporção, isto é, em proporção incomparavelmente menor do que, por exemplo, nas raças arianas ou semíticas” (idem, p. 272).

Para chegar a tais conclusões, cumpre observar que Viana vale-se, entre outros, dos marcos teóricos do sociólogo francês Le Bon, expoente do evolucionismo racista que permeou boa fatia do pensamento brasileiro de sua época. Le Bon desenvolveu o conceito de “alma da raça”, o qual, estendido às comunidades nacionais, seria capaz de interpretar a índole, a tendência psicológica coletiva de um povo. A partir da raça, portanto, Viana pretendia, como seu mestre, identificar as aptidões de cada comunidade, hierarquizando-as e determinando suas vocações e deficiências.

Contudo, este viés antro-po-psicológico cede espaço, na obra de Viana, para o determinismo biológico-materialista, que ganha ainda mais vulto quando o sociólogo do arianismo tropical propõe uma política de seleção racial como instrumento salutar para garantir o desenvolvimento do Brasil, uma vez que:

Precisamos estudar as variações do eugenismo das diversas raças em função do nosso meio tropical. Depois disso, estaremos armados com critérios seguros para adotarmos uma política selecionista, com a amplitude que essa política deve ter num povo como o nosso. (...) podemos, com efeito, e devemos desde já, vedar a entrada em nosso país aos indivíduos que pertencem àquela classe que Malato denominou *detritaria*, isto é, os que trazem patentes os estigmas de profundas hereditariedades mórbidas: surdos, mudos, loucos, retardados, criminosos, etc. (VIANA, 1934, p. 244).

Acompanhada da alegada inferioridade de negros e não-brancos em geral, constata-se uma nuance profundamente restritiva na proposição de medidas de “aprimoramento” racial, baseadas, como fica explícito, na exclusão pura e simples daqueles indivíduos considerados geneticamente corrosivos ou imperfeitos. A fim de proceder a identificação e separar o joio do trigo, hierarquizando as diferentes raças, Viana “dedicou-se, como muitos outros, à prática então comum de medir milhares de crânios, ossos e outras partes do corpo, inclusive os genitais (...)” (*In* Axt e Schüller, 2004, p. 163).

Porém, é interessante perceber que ao contrário de seus inspiradores franceses, o sociólogo brasileiro sustentaria que a intensa e multissecular mestiçagem ocorrida no nosso país não significaria uma inexorável condenação do Brasil à decadência e à perene condição subalterna diante de outras nações. Nossa desgraça poderia ser evitada, desde que adotássemos uma política de seleção racial cujo produto fosse o branqueamento da população...

Se nos dias que correm tal assertiva nos parece decididamente insustentável, cumpre salientar que o ambiente intelectual brasileiro do entre-guerras estava repleto de pensamentos análogos.

### **3. A Reação Nacionalista: em busca das origens**

As vozes do Brasil nacionalista, no entanto, iniciam seu canto de levante. Enquanto nas artes eruditas o parnasianismo afrancesado apartava-se da realidade brasileira, e no terreno da análise social o evolucionismo arianista impunha-nos seu espectro de inferiorização fatalista, os autores da vanguarda nacionalista publicam seus primeiros ensaios.

Nas artes literárias, merece especial atenção o despontar dos romances regionalistas, que se voltam ao homem interiorano para decifrar o substrato primeiro, a autenticidade do povo brasileiro, exaltando-o e delineando sua identidade. Assim, certos procedimentos dos modernistas são prenunciados por escritores regionalistas como Afonso Arinos de M. Franco (*Pelo Sertão* – 1898), Simões Lopes Neto (*Contos Gauchescos* – 1911), Valdomiro Silveira (*Os Caboclos*, de 1920) e Amadeu Amaral (*O Caipira* – 1920).

Da exaltação da *psique* reinante nos interiores vastos e ermos do Brasil, a literatura assume um caráter francamente patriótico na pena do Conde Afonso Celso (*Por que Me Ufano do Meu País*, 1902), e aprofunda-se em *Urupês* (1918), quando Monteiro Lobato, em prefácio posterior, declama seu arrependimento ao difamado Jeca:

Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas.  
Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior

espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. Não tens culpa disso, claro que não... (...) És tudo isso sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa desta terra. (LOBATO, 1967, p. 99).

Como complemento, nos parece importante frisar o papel de Alberto Torres (1865-1917) como um dos primeiros escudeiros do nacionalismo político, ao menos no que se refere à construção de uma produção normativo-teórica sistemática. Seu pensamento gira em torno do apelo permanente de se conceber uma idéia de “consciência nacional”, bem como da crítica severa à importação “artificial” de fórmulas políticas estrangeiras para se sanar o “problema nacional brasileiro”, que tendo para ele características singulares, não encontraria desfecho satisfatório sem basear-se em um enfrentamento “objetivo” e “prático”:

Nenhum outro povo tem tido até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios, de suas avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegâncias e vagos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de idéias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência dos nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social. (TORRES, 1978, p. 14).

Além de trazer à tona as particularidades da política brasileira sob a ótica nacionalista, Torres seria um dos primeiros pensadores a sondar o conceito de raça no país, elogiando a mestiçagem do Brasil, uma vez que “recorreu à argumentação de ordem racial para enaltecer o autóctone e as etnias locais, chegando ao ponto de condenar a imigração”, teses que o fizeram ser “um dos ideólogos mais importantes a influenciar a geração nacionalista das décadas de 1920 e 1930” (FONSECA, 2004, p. 7)

Contudo, a coroação do movimento nacionalista e os esforços intelectuais para decifrar e assentar a identidade do Brasil se dá nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, quando no Teatro Municipal de São Paulo se ouvem as melodias de Villa-Lobos e a oratória de Graça Aranha na abertura da Semana de Arte Moderna. Impulsionada menos pelo futurismo do artista italiano Marinetti do que pelas convocações ardentes da juventude nacionalista, levanta-se a geração de Mário e Oswald de Andrade proclamando a arte brasileira em comunhão com o homem brasileiro:

Não se processou, contudo, uma volta ao ufanismo romântico. O novo nacionalismo tinha uma perspectiva crítica, um tom anárquico e desabusado. O caminho foi a vertente primitivista. No folclore, nos aspectos míticos e lendários da cultura popular, quis-se descobrir a essência do Brasil. Algo como uma volta às origens primeiras. Daí o indianismo reformulado de certos autores da época. Desejava-se chegar às raízes. Sonhava-se com a delimitação de uma cultura brasileira, de uma alma nacional. (GONZAGA, 1994, p. 173).

E os efeitos irradiados daquele evento iriam extrapolar a esfera artístico-literária, atingindo decisivamente o campo político do Brasil de então. Ainda que o objeto primário dos organizadores da exposição fosse implodir o convencionalismo semântico parnasiano e o academicismo das normas plásticas que regravam as composições, o *status quo* artístico, enfim, sua preocupação com o despertar de uma arte nacional conectada com a realidade nacional e independente das influências européias, iria contribuir para a formatação de um

ambiente fortemente politizado, onde a referência à “raça brasileira” desempenhou papel fundamental, servindo de alicerce para o nacionalismo político propriamente dito.

Ao lado do deboche aos “bacharéis das letras” e “catadores de vírgulas”, encontra-se uma tendência telúrica de se procurar a gênese da cultura popular brasileira, libertando-a de sugestões “exóticas” ou “alienígenas”. E uma vez descoberta a morada dessa cultura, caberia aos modernistas também a transformação do estamento político: “a revolução literária e artística de 1922-1923 teve o mérito de acender um flamejante espírito de rebeldia, com o qual iniciávamos a derrubada dos velhos cultores da forma, quebrando o ritmo dos processos de estilo, e nos encorajávamos no sentido de quebrar também o ritmo político do país”. (SALGADO, 1955, p.11)

Porém, a antropofagia modernista ganharia um imponente difusor na figura do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Acadêmico de renome internacional, contemporâneo de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, Freyre, ainda na década de 1930, pública sua obra magna, *Casa-Grande e Senzala*, referência perene para a interpretação do Brasil.

De fato, se o antropofagismo dos arautos de 1922 valeu-se da arte para explicar que a característica fundamental da cultura brasileira residiria na deglutição constante de influências estrangeiras, sem que tal processo tenha por conseqüência qualquer enfraquecimento de sua identidade básica, Freyre cristaliza este conceito de modo praticamente definitivo, acrescentando pormenores e fundamentos teóricos que tornariam a tese robusta o bastante para persistir no debate acadêmico durante longas décadas.

Indo para além do modernismo (movimento do qual jamais se declarou adepto), Freyre exaltou entusiasticamente as três raças formadoras da nacionalidade: o luso, o índio e o negro, constatando que a identidade brasileira, plasmada sob a égide da família patriarcal, sustenta-se em uma conciliação harmônica de opostos que se consubstanciam em perfeita “democracia racial”. Descobriu positividade onde antes tudo era visualizado como negativo: o contato sexual entre os senhores brancos e as mulatas e índias, e seu fruto, a mestiço, de certa forma corrigiria os estigmas da opressão social encarnada na escravidão. O caboclo ou o mulato oriundo deste caldeamento passaria a integrar a comunidade sem traumas, o que, na ótica de Freyre, diferenciou positivamente a colonização portuguesa das demais:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. (FREYRE, 2006, p. 160).



Mais do que isso, podemos referir que a mestiçagem largamente operacionalizada no Brasil, na ótica de Freyre, constitui a singularidade do nosso povo, sintetiza e determina sua mentalidade, seus costumes, sua culinária, suas crenças, seu modo de auto-percepção, sua força cultural e seu jubilo como Nação.

Entretanto, os estudos raciais no Brasil daquelas décadas seguem desnudando idéias e produzindo novos conceitos. Além de vastíssima pesquisa do folclore, especialmente no que concerne às crenças tradicionais dos caboclos sertanejos – área devassada pela impressionante obra de Câmara Cascudo - a exaltação do índio empreendida por José de Alencar em 1857 (*O Guarani*) é revisitada, haja vista que o indianismo constituiu outra das vertentes fundamentais na moldagem do nacionalismo modernista, de modo que o conceito de “raça brasileira” passa a ser diretamente subordinado à incorporação deste elemento.

A partir da análise deste elemento em particular, emerge Plínio Salgado.

Filho de um farmacêutico e de uma professora, Plínio Salgado nasceu a 22 de janeiro de 1895 na cidade de São Bento do Sapucaí, interior do Estado de São Paulo. Muito cedo inicia sua ação política e aos 18 anos é um dos fundadores do Partido Municipalista, primeiro do gênero no Brasil. Ainda em 1913, cria o *Correio de São Bento*, semanário que um ano depois lhe credenciaria ao cargo de redator do *Correio Paulistano*, na capital do Estado. Sendo esse informativo intimamente ligado ao então Governo Estadual, dominado pelo *Partido Republicano Paulista* (PRP), Salgado passa a transitar entre a elite política local e em 1927 é eleito Deputado Estadual, com apoio de Júlio Prestes.

Antes disso, porém, participa ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922, envolvendo-se nos debates em torno da nova estética artístico-literária e do nativismo indianista, além de desenvolver seu nacionalismo, que mais tarde iria robustecer-se com o advento do *Movimento Verde-Amarelista*, fundado em parceria com Menotti del Picchia, Motta Filho e Cassiano Ricardo.

Depois de escrever uma série de artigos publicados pelo *Correio Paulistano*, através dos quais já se percebe fragmentos da embrionária ideologia integralista, Salgado lança o romance *O Estrangeiro* (1926) e vê coroadas suas atividades literárias com o ingresso na Academia Paulista de Letras três anos depois.

Em decorrência da eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, a sede do jornal *A Razão*, onde Salgado passa a escrever, é incendiada, o que precipita a fundação da *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP), entidade pré-integralista que serviria como substituta de

A *Razão* na função de agente difusor da apologética de Salgado, bem como instrumento para aglutinar seus seguidores, os mesmos que formariam o núcleo central do grupo que em 07 de outubro de 1932 proclama o *Manifesto de Outubro*. Assim nascia a *Ação Integralista Brasileira* (AIB).

Salgado logo afirma-se como líder supremo (“Chefe Nacional”) do novo movimento e chega a ter cancelada sua candidatura à Presidência da República, empresa que viria a ser revogada pelo decreto estadonovista de extinção dos partidos políticos. Diante do novo regramento político do país, a AIB entra na clandestinidade e Salgado fica preso na Fortaleza de Santa Cruz, lá permanecendo até 21 de junho de 1939, sob acusação de ser o mentor do famoso *Putsch* do ano anterior, ordinariamente atribuído aos integralistas. Parte para o exílio em Portugal, onde desempenha atividades de conferencista e solidifica, através da publicação de diversas obras religiosas, sua condição de intelectual e líder católico militante.

Uma vez redemocratizado o sistema político, Salgado retorna à terra natal e é eleito presidente do *Partido de Representação Popular* (PRP), organização que passa a congregiar parte significativa dos antigos camisas-verdes. Em 1955, disputa a presidência da República pelo PRP, obtendo 632. 848 votos, e um ano depois é eleito Deputado Federal pelo Estado do Paraná. Exerce por mais duas vezes a legislatura federal (1960-64 e 1970-74), agora representando São Paulo. Falece em sete de dezembro de 1975, aos 80 anos de idade.

Um dos expoentes da intelectualidade de 1922 e futuro líder da *Ação Integralista Brasileira* (AIB), Salgado nos assegura que “em conseqüência do estudo do índio, o mistério da unidade nacional absorveu-me” (SALGADO, 1955, p. 16). Para Salgado, apesar da existência de tantas raças distintas e mestiças entre si, haveria no Brasil uma surpreendente identidade étnica, que teria sido o fundamento que facultou a existência e a consolidação da unidade territorial e política do país. Paradoxalmente, tal uniformidade teria origem na influência do sangue indígena, que, ao penetrar de modo generalizado na imensa maioria da população brasileira por meio do sucessivo caldeamento, produziu, com o correr dos tempos, uma série de peculiaridades, que vão desde o idioma, a alimentação e o folclore até a constituição intuitiva da mentalidade popular. Nessa perspectiva, o índio seria como que a síntese da nacionalidade, seu núcleo primordial e invisível, o ponto para onde confluem todas as forças do povo:

Essa raça aí está na teogonia brasileira, de uma unidade absoluta nos seus mitos centrais – o Curupira, o Saci, o Caapora, O boitatá, a lara; aí vive nos nomes sintéticos de nossas cidades e dos nossos rios (...); aí está no gênio da nossa língua, com expressões ainda mal saídas da própria terra, molhadas na impressão inicial; aí vibra nas danças originais brasileiras, em que o cateretê se infiltrou modificando até os saracoteios africanos. Mas principalmente essa raça

vive em nosso gênio, a um tempo dócil e meigo, intemerato e agressivo, acolhedor do estrangeiro, mas rebelado aos seus menores gestos de domínio. Essa raça que se dizia descendente da anta, o maior mamífero da América, contribuiu enormemente na formação da nacionalidade e parece mesmo predominar sobre todas as outras. De sorte que todas as raças estrangeiras que para aqui vierem terão no tupi uma espécie de denominador comum... (idem, 1955, p. 40).

Para Salgado, portanto, o constante desembarque de povos banhados por culturas diversas no Brasil não teria impedido o assentamento definitivo da singularidade consubstanciada em nossa coletividade, e o *ethos* do índio, ao invés de ter sido dizimado pela espada e pelo *modus vivendi* europeu, penetrou fortemente em toda a cosmovisão do *ser* brasileiro.

Somados aos indígenas, brancos e negros formam e unificam o Brasil em igualdade de méritos:

Nada nos separa. A nossa geografia, escreveu-a o branco, com nomes indígenas, e consolidou-a com o suor do negro. (...) O nosso apego à terra é tão forte, no extremo Amazonas, onde o tapuia contemplativo ouve o segredo cochichado das laras e da Cobra-Grande, quanto no extremo pampa, onde o gaúcho galopa a sua inquietude no rastro luminoso dos boitatás das coxilhas. (...) porque misteriosas forças, que vieram desde as primeiras transfusões de sangue, trabalham, sem o percebermos, pela unidade do espírito brasileiro (SALGADO, 1955, p. 37).

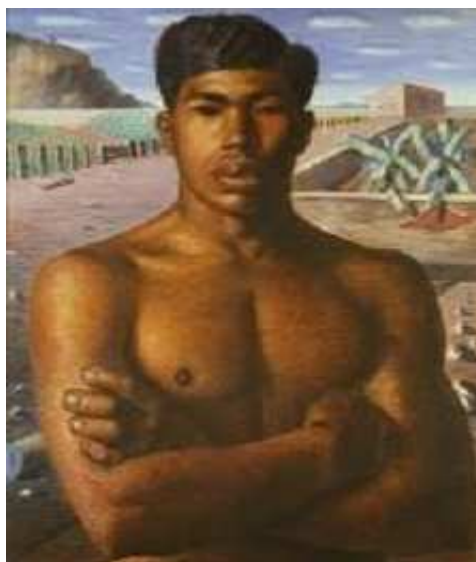
Como coroamento de sua argumentação, Salgado acusa a subserviência dos intelectuais nativos, expressa pelo acatamento passivo de um senso de inferioridade “nitidamente imposto por nossos inimigos”. Ironizando tais condutas, ele afirma que “nós, brasileiros, preocupados com as conclusões dos europeus, assentamos que o maior vexame a que nos poderão expor é dizerem que não somos uma raça absolutamente ariana”, e finaliza conclamando: “Basta de tanto aviltamento! Orgulhem-nos de nossa origem!” (idem, p. 41).

#### **4. As artes plásticas no entreguerras: o caso de Portinari**

Feito o desenvolvimento básico do tema proposto no presente artigo, passaremos a analisar o conceito de raça embutido nas artes do Brasil da primeira República a fim de satisfazer a proposta desta disciplina em particular.

Período intelectualmente riquíssimo, as primeiras décadas do século passado deram ao Brasil uma variada produção artística, que teve na retratação do problema racial brasileiro um ingrediente de peso. Às obras literárias citadas anteriormente podemos acrescentar a pintura de Cândido Portinari, que entre tantos, destacou-se como intérprete da identidade brasileira.

Portinari produziu vasta obra nas artes plásticas, o que lhe valeu a consagração entre os pintores do Brasil. Talvez o mais famoso de seus óleos tenha sido “O Mestiço” (1934):



Através da estrutura muscular robusta, das mãos propositalmente grandes, do olhar altivo e sereno, dos traços firmes, da postura eminentemente viril, percebe-se que a imagem visa exaltar o brasileiro racialmente híbrido, nosso caboclo vilipendiado pelo racismo da escola francesa. O mito das três raças está consubstanciado nesta figura: o cabelo e os lábios pertencem ao negro, os olhos levemente “puxados” são do índio, a forma do rosto e o nariz remetem ao europeu branco. Inserido no mundo do trabalho braçal que Portinari parece pretender recuperar (haja vista a mentalidade de ojeriza ao esforço físico, que, herdada da aristocracia católica portuguesa, se estende até o Brasil contemporâneo), o caboclo assume ares de grito do Ipiranga encarnado, como uma forma de exteriorizar os fundamentos da nacionalidade que se afirma e se torna moralmente independente, alheia às inferiorizações de cunho racial.

Não parece ser outro o intuito do quadro “O Catador de Café”:



Se em “O Mestiço” a estrutura muscular já era avantajada, em “O Catador de Café” os traços de Portinari extremaram-se, precisamente para exaltar o vigor do brasileiro trabalhador, homem simples do povo. Além dos bíceps, antebraços, pés e canelas gigantescos, convém notar-se que a figura acima de modo algum poderia ser vista como um caboclo, ao contrário do primeiro óleo analisado. Dessa vez, parece claro que o retratado é um típico mulato, quase negro completo, indicando que a positividade deste elemento racial também começava a ser difundida entre as elites intelectuais e artísticas do Brasil.

Contudo, se o negro e o índio predominam nos quadros anteriores, a influência do sangue branco na constituição do tipo brasileiro parece ser retratada em “A Mestiça”, também dotada de traços fortíssimos, de postura enérgica, pescoço roliço, expressão facial digna:



### **Considerações Finais**

Uma vez constatada a relevância exercida pelos conceitos étnico-raciais no debate acadêmico que teve como palco o ambiente intelectual brasileiro do entre-guerras, procuramos inicialmente traçar um panorama geral do Brasil daquelas décadas, ressaltando que a efervescência política que se verificava esteve acompanhada e sofreu influxo de uma profunda agitação cultural que movimentava o país, trazendo-lhe à tona novos paradigmas a respeito de sua própria identidade.

Embebida de nacionalismo ufanista, a nova sociologia então emergente choca-se com a inércia subserviente das correntes científicas e labuta para conquistar uma espécie de independência moral do Brasil através de sua definição como país mestiço, orgulhosamente mestiço. Tendo em vista o momento histórico em que semelhantes fatos ocorreram (deve-se lembrar que a Abolição era novidade recente e que na Europa os fascismos racistas expandiam-se em escala espantosa), consideramos que a iniciativa daqueles pensadores denota vanguardismo (senão coragem!) e alta consciência de brasilidade.

Nesse sentido, procuramos colher subsídios capazes de clarificar sinteticamente o pensamento dos diversos grupos que abordaram esta temática, valendo-nos, sobretudo, da citação direta de autores que contribuíram presencialmente para o debate. Verificamos, assim, que o cerne da concepção racista-eugenista inspirou-se no evolucionismo da escola francesa, enquanto seus oponentes modernistas, embora precedidos por precursores importantes,

moldaram sua argumentação de modo um tanto auto-gestionário. Para os modernistas, a construção da idéia de raça no Brasil foi inicialmente um instrumento para extirpar o excesso de estrangeirismos (“macaqueações”, para usarmos a tipologia de Oswald de Andrade) que amordaçavam o pensamento erudito da época, impedindo seu desenvolvimento soberano. Porém, a partir da tese da antropofagia e do indianismo, cremos que o estudo da raça tenha motivado estes autores para a aventura de uma interpretação mais profunda do Brasil, interpretação que, no nosso entender, foi desenvolvida por Plínio Salgado e aperfeiçoada com maestria por Gilberto Freyre.

Da mesma forma, entendemos que Portinari apropriou estes conceitos, transferindo-os para o terreno das artes plásticas. Seus óleos sobre tela “O Mestiço”, “O Catador de Café” e “A Mestiça” emergem como afirmação do orgulho autóctone, no qual o caldeamento racial é visto com simpatia e franca exaltação.

No momento em que a sociedade depara-se com novas formas de racismo e extremismo, julgamos salutar que semelhantes considerações sejam postas à luz.

### Referências

- AXT, Gunter e SCHÜLLER, Fernando (Orgs). Intérpretes do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. As duas Cabeças de Oliveira Viana. In: AXT, Gunter e SCHÜLLER, Fernando (Orgs). Intérpretes do Brasil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: Pesquisa & Debate, São Paulo, v. 15, n. 2, 2004, julho, pp. 5-9.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006.
- GONZAGA, Sergius. Manual de Literatura Brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- LOBATO, Monteiro. Urupês. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- MANTEGA, Guido. Economia Política Brasileira. São Paulo: Polis/Vozes, 1984.
- SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação. São Paulo: Editora das Américas, 1955.
- \_\_\_\_\_. Palavra nova dos Tempos Novos. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

TORRES, Alberto. O Problema Nacional Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

VIANNA, Oliveira. Raça e Assimilação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.